

- c) Diretrizes Orçamentárias
- d) Elaboração. Emendas
- e) Vedações e limites
- f) Disponibilidade de recursos

5. FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- a) Natureza, tipos e órgãos de controle
- b) Prestação e tomada de contas
- c) Comissão mista do Congresso.
- d) Tribunal de Contas da União. Natureza e atribuições. Garantias
- e) Normas de aplicação obrigatória aos demais Tribunais de Contas

6. SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO

- a) Federação e tributos
- b) Limitações constitucionais ao poder de tributar

7. PODER EXECUTIVO

- a) Presidente e Vice-presidente da República
- b) Eleição, condições de elegibilidade e inelegibilidades. Duração do mandato
- c) Impedimento e vaga. Substituição e sucessão
- d) Atribuições. Função regulamentar. Conselhos
- e) Responsabilidade. Processo e julgamento
- f) Ministros de Estado
- g) Poder Executivo nos Estados
- h) Poder Executivo nos Municípios

8. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO

- a) Espécies: direta e indireta
- b) Princípios constitucionais
- c) Servidores civis
- d) Segurança do Estado: forças armadas, polícias e guardas municipais

9. PODER JUDICIÁRIO

- a) Função. Importância no regime federativo
- b) Garantias dos Magistrados
- c) Proibições

10. ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

- a) Supremo Tribunal Federal: composição e competência
- b) Superior Tribunal de Justiça: composição e competência
- c) Justiça Federal: organização e competência
- d) Justiça do Trabalho: organização e competência
- e) Justiça do Distrito Federal e Territórios: organização e competência
- f) Justiça Eleitoral: organização e competência
- g) Justiça Militar: organização e competência
- h) Justiça dos Estados: organização e competência

11. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

- a) Ministério Público. Autonomia. Órgãos e funções
- b) Advocacia Pública
- c) Advocacia privada
- d) Defensoria Pública


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

- Aulas teóricas, com exposição sobre os pontos.
- Debates em aula.
- Avaliações em classe

BIBLIOGRAFIA

(Considerar, sempre, as edições mais recentes das obras)

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de direito constitucional

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo

HORTA, Raul Machado. Direito constitucional

LEITE, Harisson. Manual de direito financeiro

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional

SILVA NETO, Manoel Jorge e. Curso de direito constitucional

SILVA, José Afonso da. Comentário contextual à Constituição

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

DIR007 - DIREITOS FUNDAMENTAIS

EMENTA

CONCEITOS, FUNDAMENTOS, EVOLUÇÃO E SIGNIFICADO CONTEMPORÂNEO. OS DIREITOS, GARANTIAS E DEVERES: INDIVIDUAIS E COLETIVOS, SOCIAIS, À NACIONALIDADE E POLÍTICOS. DIREITOS DOS ÍNDIOS E DE OUTRAS MINORIAS. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA. ORDEM SOCIAL.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- a) Conceito
- b) Denominação
- c) Evolução. Direitos individuais, coletivos, sociais e difusos
- d) Fundamentação
- e) Caracteres
- f) Materialidade
- g) Restrições
- h) Funções
- i) Eficácia
- j) Direitos fundamentais e tratados internacionais
- k) Importância política e jurídica. Direitos. Deveres
- l) Direitos básicos: vida, liberdade, segurança, igualdade e propriedade



2. DIREITOS EM ESPÉCIE - VIDA

- a) Noção
- b) Conteúdo material
- c) Direitos correlatas e decorrentes (intimidade, privacidade, vida privada, honra, imagem e demais direitos da personalidade)

3. LIBERDADE

- a) Noção
- b) Espécies

4. IGUALDADE OU ISONOMIA

- a) Noção
- b) Tipos
- c) Ações afirmativas

5. PROPRIEDADE

- a) Noção
- b) Condicionamento: função social.

6. SEGURANÇA

- a) Noção
- b) Segurança jurídica: irretroatividade das leis

7. DIREITO DE PETIÇÃO

- a) Petição e Representação
- b) Ação Judicial
- c) Processo contraditório. Amplitude de defesa. Prova lícita
- d) Direito de informação, esclarecimento e certidão
- e) Assistência judiciária. Gratuidade

8. HABEAS CORPUS

- a) Histórico. CPP
- b) Objeto no direito brasileiro
- c) Limitações: Militares. Estado de Defesa e de Sítio
- d) Pressupostos
- e) Efeitos: apresentação, libertação e responsabilidade

9. MANDADO DE SEGURANÇA

- a) Origem. Lei nº 12.016/2009
- b) Objeto
- c) Pressupostos
- d) Direito líquido e certo. Liminar.
- e) Mandado de segurança coletivo.

10. AÇÃO POPULAR

- a) Origem. Lei nº 4.717/1965
- b) Legitimidade ativa
- c) Legitimidade passiva
- d) Pressupostos: Ilegalidade e lesividade
- e) Abuso e sucumbência

11. HABEAS DATA

- a) Origem. Lei nº 9.507/1997
- b) Objeto
- c) Legitimidade ativa e passiva
- d) Pressupostos

12. AÇÃO CIVIL PÚBLICA

- a) Origem. Lei nº 7.347/1985
- b) Objeto
- c) Legitimidade ativa e passiva
- d) Pressupostos e efeitos

13. MANDADO DE INJUNÇÃO

- a) Origem. Lei nº 13.300/2016
- b) Objeto
- c) Legitimidade ativa e passiva
- d) Pressupostos e efeitos



14. DIREITOS SOCIAIS

- a) Previsão. Efetividade. Reserva do Possível
- b) Direitos sociais trabalhistas e direitos sociais prestacionais - distinções. Direitos sociais individuais e coletivos
- c) Seguridade Social. Saúde. Previdência e assistência social. Entidades privadas
- d) Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social, meio ambiente, ecologia e poluição
- e) Família. Proteção. Casamento. União estável. Divórcio. Criança e adolescente. Idoso
- f) Índios. Organização social. Cultura. Bens. Terras. Aproveitamento de recursos naturais. Nulidade de atos de ocupação e exploração

15. NACIONALIDADE

- a) Nacionalidade brasileira nata
- b) Naturalização
- c) Restrição de direitos
- d) Perda da nacionalidade
- e) Situação dos estrangeiros



16. CIDADANIA

- a) Direitos Políticos: conceito e extensão
- b) Perda e suspensão dos direitos políticos
- c) Condições de elegibilidade
- d) Inelegibilidades. Desincompatibilização
- e) Reeleição

17. PARTIDOS POLÍTICOS

- a) Institucionalização. Vedações
- b) Princípios gerais. Caráter nacional e funcionamento parlamentar
- c) Recursos financeiros.
- d) Acesso aos meios de comunicação
- e) Fidelidade e disciplina partidária

18. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

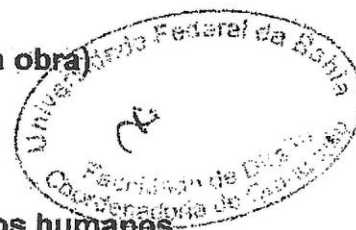
- a) Princípios gerais da atividade econômica
- b) Política urbana
- c) Política agrícola e fundiária
- d) Reforma Agrária
- e) Sistema Financeiro Nacional

METODOLOGIA

- Aulas teóricas, com exposição sobre os pontos
- Debates em aula
- Avaliações em classe

BIBLIOGRAFIA

(Considerar, sempre, a mais recente edição da obra)



BONAVIDES, Paulo. **Direito constitucional**

COMPARATO, Fábio Konder. **Afirmção histórica dos direitos humanos**

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**

DANTAS, Miguel Calmon Teixeira. **Constitucionalismo dirigente e pós-modernidade**

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**

RATIS, Carlos. **Habeas Educationem**

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**

SARMENTO, Daniel; SARLET, Ingo Wolfgang. **Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal: balanço e crítica**

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de direito constitucional**

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**

VILLAS BOAS, Maria Elisa. **Da eutanásia ao prolongamento artificial: aspectos polêmicos na disciplina jurídico-penal do final de vida**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIRA88

TEORIA DO DIREITO PENAL II



CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SÉMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	0	0	68

T	P	E
68	0	0

2009.1

EMENTA

ESTUDO DO CRIME E SUA ESTRUTURA FORMAL: TIPICIDADE (TEORIAS DA AÇÃO, CONDUTA E RESULTADO), ANTIJURIDICIDADE (CONCEITO, CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO). A CULPABILIDADE: TEORIAS

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

1. Entender a estrutura e da dinâmica da teoria do crime.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar os elementos integrantes do crime: tipicidade, ilicitude e antijuridicidade.
2. Fazer uso, em situações práticas, dos institutos e elementos da teoria do crime.
3. Interpretar criticamente a aplicabilidade dos elementos e institutos sob a ótica de um direito penal garantidor

METODOLOGIA

A metodologia consistirá em aulas teóricas; discussões a partir de estudo de casos trazidos em sala de aula; pesquisas direcionadas; análises críticas de interpretações dogmáticas, jurisprudenciais e legais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. Fato típico.
2. Ação e omissão.
 - 2.1 Teorias da ação.
 - 2.2. Omissão penalmente relevante. Teorias da omissão. Espécies de crimes omissivos. A figura do garantidor.
 - 2.3. Ausência de ação e de omissão.
3. Resultado

- 3.1 Conceito e classificação
- 3.2 Crimes qualificados pelo resultado
- 3.3 Unidade e pluralidade de resultados.
4. Relação de causalidade.
 - 4.1 Causa
 - 4.2. Teoria da equivalência das condições
 - 4.3 Teorias limitadoras da responsabilidade
 - 4.4 Teorias da imputação objetiva
5. Tipo e tipicidade
 - 5.1 Evolução histórico-dogmática do conceito de tipo
 - 5.2 Tipicidade.
 - 5.3 Relação entre tipicidade e ilicitude.
 - 5.4 Teoria dos elementos negativos do tipo.
 - 5.5 Desvalor da ação e do resultado
 - 5.6 Elementos estruturais, classificação e funções do tipo penal
 - 5.7 Causas de exclusão (legais e supralegais)
6. Dolo, culpa e preterdolo.
7. Concurso de pessoas



UNIDADE II

1. Ilicitude

- 1.1 Origem, conceito e terminologia.
 - 1.2 Ilicitude e injusto.
 - 1.3 A ilicitude diante da teoria da imputação objetiva.
 - 1.4 Excludentes de ilicitude: Fundamentos; Excesso punível; Efeitos; As justificantes nos crimes culposos
2. Estado de necessidade.
 3. Legítima defesa.
 4. Estrito cumprimento do dever legal.
 5. Exercício regular do direito.
 6. Offendiculas.
 7. Causas supralegais de exclusão de ilicitude.
 8. Consentimento do titular do bem jurídico.

UNIDADE III

1. Culpabilidade: desenvolvimento do conceito na teoria do crime.
2. Imputabilidade.
 - 2.1 Critérios de aferição da imputabilidade
 - 2.2 Causas legais de exclusão da imputabilidade.
 - 2.3 Teoria da actio libera in causa.
3. Potencial consciência da ilicitude. Excludentes.
4. Exigibilidade de conduta diversa. Causas legais de exclusão de exigibilidade de outra conduta. Coação moral irresistível. Obediência hierárquica.
5. A inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão de culpabilidade.
6. Fato de consciência. Provocação de situação de legítima defesa. Desobediência civil. Conflito de deveres. Outras causas supralegais de exclusão de culpabilidade.
7. Co-culpabilidade.
8. Emoção e paixão.

UNIDADE IV

1. Punibilidade.
2. Condições de punibilidade e de procedibilidade. Escusas absolutórias.

UNIDADE V

1. A ignorância. Teoria do erro: fundamentos, espécies e efeitos.

2. Fases do iter criminis. Crime consumado. Crime exaurido. Crime tentado. Crime de empreendimento. Crime impossível. Formas voluntárias de interrupção do iter criminis: desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.
BUSATO, Paulo César. **Direito Penal. Parte Geral**. São Paulo: Atlas.
SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal. Parte Geral**. Curitiba: ICPC; Lumen Juris.

Bibliografia complementar:

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Geral**. Niterói: Impetus
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais;
PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro. Vol. 1- Parte Geral. Arts. 1º a 120**. São Paulo: Revista dos Tribunais;
SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Moderna Teoria do Fato Punível**. Curitiba: ICPC; Lumen Juris;
ZAFFARONI, Eugenio Raúl/ALAGIA, Alejandro/ BATISTA, Nilo/ SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro. Primeiro Volume**. Rio de Janeiro: Revan





UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA
SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE COMPONENTES
CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR - A80

SOCIOLOGIA JURÍDICA

CARGA
HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL	T	P	E	
68	0	0	68				2016.1

EMENTA

Sociologia, Direito e Sociologia jurídica. Paradigma sócio-jurídico. Zetética jurídica. Direito e controle social. Direito, sociologia e transformação social. Direções do pensamento sócio - jurídico e contemporâneo.

OBJETIVOS

1) Compreender o papel da reflexão sociológica dentro do universo dos estudos jurídicos; 2) Investigar o fenômeno jurídico a partir da interação e repercussões sociais por ele provocadas; 3) Refletir o papel do direito como instrumento de controle social; 4) Pensar criticamente a questão do direito como mecanismo de mudança social; 5) Discutir a definição e possibilidades de uma concepção pluralista do direito.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, leitura dirigida, atividades em grupo e seminários.


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978


CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) Ciências sociais: fundamentos epistemológicos e opções. Introdução à sociologia jurídica. Sociologia do direito e sociologia no direito. Paradigma sócio-jurídico;
- 2) Controle social e direito
 - 2.1 – Instrumentos de controle social: controle social primário, controle social secundário e o direito como instrumento de controle social
 - 2.2 – Antecedentes históricos, formas e finalidades do controle social
 - 2.3 – A sanção como instrumento do controle social pelo direito.
 - 2.4 – Análise crítica do direito como instrumento de controle social: análise do direito punitivo
- 3) Pluralismo Jurídico
 - 3.1 – Conceito, antecedentes históricos, caracteres
 - 3.2 – Pluralismo no plano internacional e no Brasil
 - 3.3 – Pluralismo estatal e comunitário. Pluralismo conservador e emancipatório.
- 4) Movimentos sociais
 - 4.1 – O movimento social como ação coletiva: definição e caracterização
 - 4.2 – Correntes históricas dos movimentos sociais
 - 4.3 – Movimentos sociais na ordem contemporânea
- 5) Direito e Estratificação social
 - 5.1 – Interesses de classe, formação do sistema jurídico e de suas instituições
 - 5.2 – Classes sociais e aplicação o direito (direito como obstáculo e propulsor da mudança)
 - 5.3 – Desigualdade social e processo de formação da sociedade brasileira
 - 5.4 – Direito e relações de classe, gênero, geração e raça no Brasil
- 6) Acesso à Justiça
 - 6.1 – Sociologia dos tribunais
 - 6.2 – Questões afetas: econômicas, culturais, educacionais
 - 6.3 – Soluções em curso: defensoria pública, núcleos de assistência jurídica popular, justiça comunitária, justiça restaurativa
 - 6.4 – Acesso à Justiça como ampliação do espaço democrático no processo

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. A dignidade da Política. São Paulo: Editora Relume-Dumará, 2008.

_____. Sobre a Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. 6ª edição. Rio de Janeiro, Revan, 2011.

BAUMANN, Zygmunt. *Confiança e medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

_____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O direito na sociedade complexa*. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAPELETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHATELÊT, François. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DELLA PORTA, Donatella. *O movimento por uma nova Globalização*. São Paulo: Loyola, 2007.

DOS SANTOS, Juarez Cirino. *A Criminologia radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

ESPANHA, Antônio Manuel. *Panorama histórico da cultura jurídica europeia*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1998.

FARIA, José Eduardo. *Direito e Conjuntura*. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *O direito e o estado depois da crise*. São Paulo: Saraiva, 2014.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato*. Rio de Janeiro: Globo livros, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. 20ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GALDINO, Flávio. *Teoria dos Custos do Direito: direitos não nascem em árvores*. São Paulo: Saraiva, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0283978

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, volume I. 2. ed. Tradução Flávio Breno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, volume II. 2ª edição. Tradução Flávio Breno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *La inclusión del otro: estudios de teoría política*. Traducción Juan Carlos Velasco Arroyo et alli. Barcelona/ Buenos Aires/ México: Paidós, 1999.

_____. *O ocidente dividido*. Tradução Luciana Villa Boas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*. São Paulo : Cia das Letras, 1988.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 3. ed. Tradução José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LOCKE, John. *Dois tratados do governo civil*. Tradução Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70, 2006.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo, Brasiliense, s.d.

MACHADO NETO, Antonio Luis. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. *Sociologia Jurídica*. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica ao Direito*. 3. ed. Lisboa: Estampa, 2005.

MORALLES, Luciana Camponez Pereira. *Acesso à Justiça e Princípio da Igualdade*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2012.

NAÍM, Moisés. *Ilícito*. Madri: Debate Espanha, 2006.

NOBERT. Elias. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Volume II. Rio De Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

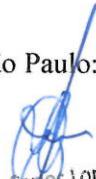
ROSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato Social: princípios do direito político*. Tradução Edson Bini. Baurú: Edipro, 2000.

ROBERT, Philippe. *Sociologia do Crime*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

RÚBIO, David Sanchez. *Fazendo e Desfazendo Direitos Humanos*. Florianópolis: Edunisc, 2011.

SABADELL, Ana Lúcia. *Manual de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2006.


Antônio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0203978

_____. O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2008.

_____. Para uma revolução democrática da Justiça. São Paulo: Cortez, 2011.

SASSEN, Saskya. Sociologia da Globalização. São Paulo: Artmed, 2010.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O Direito e o Futuro da Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

WACQUANT, Lïc. Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. São Paulo: Revan, 2007.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.


Antonio Carlos Lopes Senna
Coordenador Administrativo
Colegiado de Direito
Faculdade de Direito da UFBA
SIAPE 0233978

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
CURSO DE DIREITO – SEMESTRE VIGENTE**

Professor:



PROGRAMA DE DISCIPLINA

Código		Disciplina					
DIRA86		TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL II					
Pré-requisitos da disciplina				Pré-requisito para			
TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I				DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Estágio	Total	Teórico	Práticos	Estágio	Total
02	01	00	03	34	34		68
Ementa							
O Estudo do Negócio Jurídico. Negócio Jurídico Comutativo. Negócios Jurídicos Aleatórios. Dos Defeitos nos Negócios Jurídicos. Vícios do Consentimento. Estado de Perigo e a Lesão no Novo Código Civil. Extinção dos Direitos.							
Objetivos							
O objetivo geral da disciplina é fornecer as noções sobre a Teoria Geral do Negócio Jurídico, seus conceitos, fundamentos e princípios, à luz de uma perspectiva civil-constitucional e na busca de sua raiz antropocêntrica.							

Conteúdo programático
<p>O ESTUDO DO NEGÓCIO JURÍDICO</p> <p>Negócio jurídico. Conceito. Natureza jurídica. A autonomia privada. Conceito. A autonomia da vontade (negócios jurídicos). Distinção de autonomia privada. As liberdades decorrentes da vontade no sentido clássico: poderes ligados ao exercício dos direitos (reais); as liberdades decorrentes da vontade no direito de propriedade e dos contratos. A dimensão atual da autonomia privada (Josserand) As limitações à autonomia privada e suas razões (o Estado intervencionista e o Estado social):</p> <ul style="list-style-type: none"> - normas de ordem pública - imposição de conteúdo - obrigação de contratar - formação ou eficácia de n. j. dependente de autorização estatal - condições gerais dos contratos <p>Teorias explicativas do negócio jurídico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - teoria voluntarista ou subjetiva (Windcheid, Savigny) - teoria preceptiva ou objetiva (Oscar Von Bulow, Emilio Betti) <p>O conflito entre a vontade interna e a declaração. Importância do tema: nos vícios do consentimento e na interpretação: a teoria da vontade (prevalência do intento individual – a intenção de resultado). a teoria da declaração (prevalência do conteúdo revelado) a teoria da responsabilidade a teoria da confiança</p> <p>Classificação dos negócios jurídicos.</p> <p>Negócios jurídicos considerados em si mesmos; Generalidades; Negócios jurídicos quanto à natureza da obrigação;</p>

unilaterais e bilaterais; onerosos e gratuitos; Negócio jurídico comutativo e Negócio jurídico aleatório. Negócios jurídicos condicionais e aleatórios. Espécies de negócios jurídicos aleatórios. Classificação dos Negócios Jurídicos quanto ao modo de participação da vontade na sua celebração: paritários e por adesão. Classificação dos negócios jurídicos quanto à forma: consensuais, solenes ou formais, reais. Classificação dos negócios jurídicos quanto à sua designação: nominados. Distinção de tipicidade. Negócios inominados. Classificação dos negócios jurídicos quanto à existência de regime jurídico predisposto em Lei: - típicos (codificados e extravagantes), atípicos e mistos. Classificação dos negócios jurídicos quanto ao objeto. Quanto ao tempo de sua execução (possibilidade de cumprimento em um único ato): de execução imediata instantânea ou diferida de execução continuada. Importância dessa classificação. Classificação dos negócios jurídicos quanto à pessoa do contratante: -pessoais ou *intuitu personae* e contratos impessoais. Consequências práticas dessa distinção. Negócios jurídicos reciprocamente considerados: principais e acessórios.

Interpretação do negócio jurídico.

ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS:

Pressupostos Gerais
Capacidade do agente
Legitimação
Objeto lícito e possível

Requisitos
O consentimento
Forma prescrita ou não defesa em Lei



A causa como requisito dos negócios jurídicos. Concepções sobre causa. Causalistas e anticausalistas. O sistema brasileiro.

Os planos de existência, validade e eficácia. A escada pontecana.

ELEMENTOS ACIDENTAIS: MODO E ENCARGO, TERMO, CONDIÇÃO.

Condição. Classificação e efeitos.
Termo. Espécies.
Modo ou encargo. Modalidades.
Prova do ato negocial.
A representação nos negócios jurídicos.

DOS DEFEITOS NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

Defeitos do negócio jurídico.
Os vícios do consentimento no Novo Código Civil.
A vontade no negócio jurídico:
a) falta de vontade de manifestação
b) falta de vontade negocial

Teoria da Inexistência do negócio jurídico
Orientação do Código Civil
Vícios psíquicos ou de consentimento
(divergência entre a vontade real e a declarada):

- erro;
- dolo;
- coação.

Vícios sociais
(insubordinação da vontade quanto aos resultados queridos):
-simulação
-fraude contra credores

O erro

- a) erro obstativo
- b) elementos do erro como vício:
 - essencial
 - escusável
- c) classificação:
 - essencial e acidental
 - de fato e de direito
- d) hipóteses
- e) aplicações particulares:
 - o erro de pessoa no casamento;
 - vícios redibitórios nos negócios comutativos



O Código do Consumidor – vício do produto

O dolo

- c) *dolus bonus* e *dolus malus*
- d) elementos:
 - objetivo – comportamento
 - subjetivo – intenção de enganar
- e) classificação:
 - principal
 - acidental
- f) dolo bilateral (art. 97 do CC)
- g) dolo negativo e reticência (art. 94 do CC)
- h) dolo do representante (art. 96 do CC)
- i) prova do dolo
- j) Dolo de ambas as partes
- k) A captação dolosa nas liberalidades

A coação

- l) vis absoluta e vis compulsiva – distinção
- m) elementos:
 - ameaça injusta (art. 100 do CC)
 - temor de grave dano
 - causa da declaração de vontade
- n) temor reverencial (art. 100 do CC)
- o) coação exercida por terceiros (art. 101 do CC)

A simulação

- p) negócio fiduciário e simulação
- q) a simulação inocente (art. 103 do CC)
- r) espécies:
 - absoluta
 - relativa – subjetiva (ex., art. 1177 do CC)
 - objetiva (ex., art. 1132 do CC)
- s) interposição de pessoa
- t) reserva mental

A fraude contra credores

- u) elementos: objetivo – *eventus damni*
subjetivo – *consilium fraudis*
- v) decomposição:
 - disposição ou oneração
- insolvência
- dano a terceiro
 - w) a disposição gratuita e a onerosa
 - x) ação pauliana: anulação ou redução
 - y) fraude à execução



VÍCIOS DO CONSENTIMENTO ESPECIAIS – O ESTADO DE PERIGO E A LESÃO

O estado de perigo. Noção. Origens históricas. Requisitos: subjetivo e objetivo. Consequências

A lesão. Noção. A lesão consumerista, a lesão usurária e a lesão especial
Origens históricas. Requisitos: subjetivo e objetivo. Consequências

CONSEQUÊNCIA DOS DEFEITOS NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS: A INVALIDADE

A teoria da inexistência do ato jurídico. Origem histórica.
Distinções entre inexistência, nulidade e anulabilidade
As nulidades. Teoria geral. Conceito. Espécies: absoluta e relativa. O princípio da incomunicabilidade das nulidades.
A inaplicabilidade do regime geral da invalidação ao Direito de Família (regime próprio e especial no Direito Matrimonial)
Efeitos da declaração de nulidade e da decretação da anulação conforme a natureza do vício de consentimento
Entre as partes e perante terceiros. Conversibilidade do negócio nulo

EXTINÇÃO DOS DIREITOS

Prescrição como fato jurídico ordinário

Normas gerais sobre a prescrição. Prescrição aquisitiva e extintiva.
Conceito e requisitos da prescrição. Distinção entre prescrição e decadência. Divergências entre os critérios.
A posição de Agnelo Amorim Filho.
Pretensões imprescritíveis
Prazos prescricionais no Novo Código Civil. Gerais e especiais.
Decadência. Conceito. Objeto. Prazos de decadência Efeitos Arguição da decadência

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos audiovisuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a, no mínimo, duas avaliações regimentais assim constituídas:
1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 4
2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 6
Eventualmente serão realizados seminários, exigidos fichamentos de textos e implementados outros procedimentos didático- avaliatórios que serão previamente informados aos alunos

Bibliografia

Bibliografia Básica

- AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 7. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
ANDRADE, Manuel A. Domingues. *Teoria geral da relação jurídica*, vols.1 e 2. 8ª. reimpressão, Livraria Almedina, Coimbra, Portugal, 1988.
AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
BETTI, Emílio. *Teoria geral do negócio jurídico*. Campinas: Editora LZN, 2003.
FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. *Direito civil- Teoria geral*. Salvador: Juspodivm, Última edição.
GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense.
_____. *A caminho dos microsistemas*. In *Novos temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense. 1983.
MIRANDA, Custódio Ubaldino Pinto. *Teoria geral do negócio jurídico*. São Paulo; Atlas, 2009.
PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil – parte geral*. São Paulo: Saraiva, Última edição.
RÁO, Vicente. *Ato jurídico*. 4ª ed., anotada, revista e atualizada por Ovidio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: RT, 1997.
VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. São Paulo: Atlas, v. 2, Última edição.

Bibliografia Complementar



ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito civil - teoria geral*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, Vols. 1 e 2.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Teoria geral do direito civil*. Campinas: RED Livros, 2001.

COSTA, Judith Martins. *A boa-fé no direito privado*. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. *A reconstrução do direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CARVALHO JÚNIOR, Pedro Lino de. *A Lesão consumerista no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

FACHIN, Luiz Edson. *Teoria crítica do direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Theodor; WOLF, Martin. *Tratado de derecho civil*. Trad. espanhola de Blas Pérez González e José Alguer. Barcelona: Bosch, 1954.

FINGER, Julio César. *Constituição e direito privado: algumas notas sobre a chamada constitucionalização do direito civil*. IN SARLET, Ingo Wolfgang. *A Constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Prova do fato jurídico no Código Civil de 2002*. In *Questões controvertidas. Parte geral do código civil*. DELGADO, Mario Luiz; ALVES, Jones Figueiredo. São Paulo: Método, 2007.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Tendências do direito civil no século XXI*. IN Fiúza, César; SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (Org.). *Direito Civil: Atualidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Constitucionalização do direito civil*. In Fiúza, César; SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (Org.). *Direito Civil: Atualidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

_____. *Teoria do fato jurídico: plano da validade*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

_____. *Teoria do fato jurídico: plano da eficácia (1ª parte)*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MONTEIRO, W. B. *Curso de direito civil. Parte geral*. V. I. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 1997.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de direito privado - Parte Geral: Validade, Nulidade, Anulabilidade*. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2001.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil. Introdução ao direito civil constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. *O direito civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PLANIOL, Marcel. *Traité élémentaire de droit civil*, 2. ed., v. II, Paris, 1902.

PRATA, Ana. *A tutela constitucional da autonomia privada*. Coimbra: Almedina, 1982.

RÃO, Vicente. *O Direito e a Viola dos Direitos*, 3ª edição, vol. 1. RT. São Paulo, 1991.

REALE, Miguel. *O Projeto do novo código civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

STOCO, Rui. *O abuso de direito e a má-fé processual*. São Paulo: RT, p. 62-63, 2002.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOSA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de, et alii. *Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TRIGINELLI, Wania do Carmo de Carvalho. *Conversão do negócio jurídico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VELOSO, Zeno. *Invalidez do negócio jurídico. Nulidade e anulabilidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

Data ___ / ___ / ___
Docente _____

Aprovado pelo Departamento de Direito Privado
Data ___ / ___ / ___
Coordenador(a) _____


www.siac.ufba.br

[Página Inicial](#)
Consulta

[Componentes Curriculares Cursados](#)
[Coeficiente de Rendimento Comprovante de Matrícula](#)
[Trancamento de Matrícula](#)
[Posição quanto ao Trancamento](#)
[Currículo de Curso / Ementa](#)
[Posição quanto ao Jubilamento](#)
[Smart-Card](#)
[Débitos na Biblioteca](#)
[Atividades Calendário](#)
[Calendário Acadêmico](#)

Serviços

[Grade Curricular de Outros Cursos](#)
[Ementa de Outros Cursos](#)

Links

[Supac](#)
[SGC](#)
[SIAD](#)
[SIAV](#)

[Sair](#)

Dúvidas e/ou sugestões:
matriculaweb@ufba.br

COMPONENTE CURRICULAR

Componente Curricular

DIRA89 - CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO

Carga Horária - Total: 68 horas

Teórica	Prática	Estágio	Departamento	Semestre Vigente
68	0	0	Direito Público	2015.1

Ementa

Receita e Despesa Públicas. Orçamentos. Técnicas de Elaboração. Administração Pública Financeira pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Programa**Objetivo**

Não há Objetivo cadastrado

Conteúdo

Não há Conteúdo cadastrado

Bibliografia

Não há Bibliografia cadastrada

Lista de Turmas - Semestre 20201

Dia	Horário	Turma	Docente	Vinculação	Título
SEG	08:50 às 10:40	T01	Paulo Roberto Lyrio Pimenta	REGIME JURIDICO UNICO	Graduação
QUA	08:50 às 10:40	T01	Paulo Roberto Lyrio Pimenta	REGIME JURIDICO UNICO	Graduação
SEG	10:40 às 12:30	T02	Paulo Roberto Lyrio Pimenta	REGIME JURIDICO UNICO	Graduação
QUA	10:40 às 12:30	T02	Paulo Roberto Lyrio Pimenta	REGIME JURIDICO UNICO	Graduação
TER	16:40 às 18:30	T03	Diego Marcel Costa Bomfim	REGIME JURIDICO UNICO	Mestrado
QUI	16:40 às 18:30	T03	Diego Marcel Costa Bomfim	REGIME JURIDICO UNICO	Mestrado
SAB	08:50 às 12:30	T04	Harrison Ferreira Leite	REGIME JURIDICO UNICO	Graduação

Sistema Acadêmico - Universidade Federal da Bahia

